

ANEXO 2

PROCESSOS SANCIONATÓRIOS ABRANGIDOS NA QUITAÇÃO NÃO LITIGIOSA

O presente anexo tem como objetivo o cumprimento dos requisitos dispostos no artigo 12 da Resolução 001/2024.

I. DAS INFRAÇÕES ABRANGIDAS NA QUITAÇÃO NÃO LITIGIOSA

Lista de processos administrativos sancionatórios abrangidos na quitação não litigiosa:

Natureza da infração	Número do processo administrativo sancionador	Fase processual
Falhas operacionais		
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00001685/2023-11	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000693/2023-32	Aplicada penalidade por decisão de segunda instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000988/2023-17	Aplicada penalidade por decisão de segunda instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000906/2023-26	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000917/2023-14	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00002600/2023-12	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000852/2023-07	Aplicada penalidade por decisão de segunda instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000706/2023-73	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000215/2023-22	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000061/2023-79	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000590/2023-72	Aplicada penalidade por decisão de segunda instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000888/2023-82	Aplicada penalidade por decisão de segunda instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000228/2023-00	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000449/2023-70	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000929/2023-31	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000446/2023-36	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000389/2023-95	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000616/2023-82	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00001402/2023-23	Desprovida de decisão em primeira instância

Natureza da infração	Número do processo administrativo sancionador	Fase processual
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000204/2023-42	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00001083/2023-56	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00002586/2023-49	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000823/2023-37	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00000529/2023-25	Desprovida de decisão em primeira instância
Falhas operacionais e/ou de manutenção	021.00001815/2023-16	Desprovida de decisão em primeira instância
Descumprimento de indicadores de desempenho		
Descumprimento de indicadores de desempenho	021.00001085/2023-45	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Descumprimento de indicadores de desempenho	021.00000783/2023-23	Desprovida de decisão em primeira instância
Descumprimento de indicadores de desempenho	021.00002436/2023-35	Desprovida de decisão em primeira instância
Descumprimento de indicadores de desempenho	021.00001054/2023-94	Desprovida de decisão em primeira instância
Descumprimento de indicadores de desempenho	021.00000611/2023-50	Desprovida de decisão em primeira instância
Descumprimento de indicadores de desempenho	021.00000519/2023-90	Desprovida de decisão em primeira instância
Atraso na entrega de Empreendimentos		
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00002584/2023-50	Desprovida de decisão em primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00002583/2023-13	Desprovida de decisão em primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000071/2023-12	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00002582/2023-61	Desprovida de decisão em primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000114/2023-51	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00001452/2023-19	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000928/2023-96	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000239/2023-81	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000026/2023-50	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000045/2023-86	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000206/2023-31	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000113/2023-15	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância

Natureza da infração	Número do processo administrativo sancionador	Fase processual
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000202/2023-53	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00002581/2023-16	Desprovida de decisão em primeira instância
Atraso na entrega dos Empreendimentos	021.00000058/2023-55	Aplicada penalidade por decisão de primeira instância
Atraso na devolução de trens à CPTM		
Atraso na devolução de trens à CPTM	021.00000658/2023-13	Desprovido de decisão em primeira instância
Atraso na devolução de trens à CPTM	021.00001660/2023-18	Desprovido de decisão em primeira instância
Atraso na devolução de trens à CPTM	021.00001895/2023-00	Desprovido de decisão em primeira instância
Atraso na devolução de trens à CPTM	021.00002207/2023-11	Desprovido de decisão em primeira instância

Com base no permissivo contido no art. 14, §1º da Resolução, além dos processos sancionadores relativos aos descumprimentos dos indicadores de desempenho, a quitação não litigiosa abrangeu as infrações por descumprimento dos indicadores IOL e ISP da Linha 9 – Esmeralda, durante os meses de março a dezembro de 2023.

Com base no permissivo contido no art. 14, §1º da Resolução, além dos processos sancionadores relativos aos atrasos na devolução de trens à CPTM, a quitação não litigiosa abrangeu as infrações relativas ao atraso na devolução do 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º blocos de trens.

II. DA COMPOSIÇÃO DO(S) VALOR(ES) DA(S) MULTA

Apresenta-se, a seguir, as premissas de cálculo dos valores das infrações abrangidas na manifestação de quitação não litigiosa, subdivididos pelas categorias de infrações

II.1. *Infrações relacionadas a falhas operacionais*

A memória cálculo do valor de cada multa contratual devida está disposta no Anexo 13, cuja somatória perfaz o montante de R\$ 33.161.486,28, na data-base de setembro de 2024, calculado com base nas seguintes premissas:

- Definição do valor base da multa, correspondente à infração prevista na Tabela do Anexo V – Penalidades do Contrato;
- Aplicação dos efeitos da reincidência prevista no item 11 do Anexo V do Contrato, quando cabível;
- Incidência de atenuantes e agravantes previstas nos itens 13 do Anexo V do Contrato;
- Incidência do desconto global de 30%, nos termos do artigo 14 da Resolução SPI nº 001/2024, pelas razões detalhadas no item II.e deste Parecer.
- Reajuste da pena, na forma prevista no item 10 do Anexo V – Penalidades¹ e na Cláusula Vigésima Quarta do Contrato;

¹ “10 A data base das multas estabelecidas neste ANEXO é a mesma prevista na Cláusula 3.2 do CONTRATO. Os valores da Tabela de Infrações deverão ser reajustados quando da ocorrência de cada reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, com base na variação do IPCFIPE,

II.2. Infrações relacionadas a indicadores de desempenho

A memória cálculo do valor de cada multa contratual devida está disposta no Anexo 13, cuja somatória perfaz o saldo em favor do Poder Concedente montante de R\$ 6.604.304,09, na data base de setembro de 2024, calculado com base nas seguintes premissas:

- Definição do valor base da multa, correspondente à infração prevista na Tabela do Anexo V – Penalidades;
- Para a infração tipificada no item 99 da Tabela de Infrações, aplicação dos “efeitos de continuidade” ali previstos, quando o caso;
- Incidência de atenuantes e agravantes previstas nos itens 13 do Anexo V do Contrato;
- Incidência do desconto global de 30%, nos termos do artigo 14 da Resolução SPI nº 001/2024, pelas razões detalhadas no item II.e deste Parecer, quando cabível.
- Reajuste da pena, nos termos do item 10 do Anexo V – Penalidades e da CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA do Contrato de Concessão;

II.3. Descumprimento do prazo de entrega dos Empreendimentos

A memória cálculo do valor de cada multa contratual devida está disposta no Anexo 13, cuja somatória perfaz o saldo em favor do Poder Concedente no montante de R\$ 19.607.648,81, na data base de setembro de 2024, calculado com base nas seguintes premissas:

- Definição do valor base da multa, correspondente à infração prevista na Tabela do Anexo V – Penalidades;
- Para as infrações cujos efeitos perduram no tempo: acréscimo de 1% (um por cento) sobre o valor base da infração para cada dia de atraso, nos termos do item 16.3 do Anexo V do Contrato, com base no período compreendido entre o dia seguinte ao marco contratual previsto no Anexo II.C para conclusão do Empreendimento, até a data da emissão da notificação de conclusão (nos casos em que os Empreendimentos já foram concluídos) ou até a data definida no cronograma de empreendimentos (nos casos dos Empreendimento ainda em estágio de implantação);
- Para as infrações por mora: acréscimo de 1/30 do valor da multa, por dia de atraso, contados desde a data em que a obrigação deveria ter sido adimplida até a data da emissão da notificação de conclusão, nos termos do item 16.2 do Anexo V;
- Em ambos os casos, quando cabível, incidência do desconto global de 30%, nos termos do artigo 14 da Resolução SPI nº 001/2024, pelas razões detalhadas no item II.e deste Parecer.
- Reajuste da pena, nos termos do item 10 do Anexo V – Penalidades² e da Cláusula Vigésima Quarta do Contrato;

II.4 Descumprimento do prazo de entrega dos Empreendimentos

ocorrida entre o mês anterior à data-base constante da Cláusula 3.2 e o mês anterior ao do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.”

²“10 A data base das multas estabelecidas neste ANEXO é a mesma prevista na Cláusula 3.2 do CONTRATO. Os valores da Tabela de Infrações deverão ser reajustados quando da ocorrência de cada reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, com base na variação do IPCFIPE, ocorrida entre o mês anterior à data-base constante da Cláusula 3.2 e o mês anterior ao do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.”

A memória cálculo do valor de cada multa contratual devida está disposta no Anexo 13, cuja somatória perfaz o saldo em favor do Poder Concedente no montante de R\$ 119.680.936,82, na data base de setembro de 2024, calculados com base nas seguintes premissas:

- Definição do valor base da multa, correspondente à infração prevista no item 9 da Tabela de Infrações (Anexo V do Contrato);
- Adoção dos marcos de devolução constantes do Anexo 3 da Carta MOB8e9-191/2024 (0021976316);
- Incidência de multa de forma individualizada (sobre cada trem em atraso);
- Aplicação dos efeitos da reincidência;
- Limitação do valor máximo das multas aplicáveis ao patamar de 30% do valor contábil – já em valores atuais – dos trens cedidos pela CPTM;
- Aplicação da Atenuante Global prevista no artigo 14 da Resolução SPI nº 001/2024.

III. DAS PENALIDADES APLICÁVEIS À CONCESSIONÁRIA EM CASO DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL OU PELO ATRASO NA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

As penalidades aplicáveis à CONCESSIONÁRIA em caso de inexecução total ou parcial ou pelo atraso na execução dos investimentos encontra-se prevista na CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES deste TERMO ADITIVO.